



Anais da Assembléia

02

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JANEIRO DE 1987

ANO XIII

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO SEMINÁRIO

"A CONSTITUINTE E O PODER LEGISLATIVO"

REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 1987

TERÇA-FEIRA

ATO SOLENE DE PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 25

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está aberta a Sessão Solene na qual será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa a Emenda Constitucional n. 25, da Constituição do Estado do Paraná.

Para acompanhar Suas Excelências o Sr. Dr. José Olímpio de Paula Xavier, Chefe da Casa Civil, Representante do Sr. Governador do Estado e o Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana, Lauro Lobo Alcântara, Rubens Bueno, Werner Wanderer e Algacy Túlio.

Suspendo a Sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

(É SUSPENSA A SESSÃO)

(É REABERTA A SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo, Representante de Sua Excelência o Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, Vice-Prefeito Municipal e Representante de Sua Excelência o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Juiz Wilson Reback, Presidente do Tribunal de Alçada;

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Encontra-se sobre a mesa o autógrafo da Emenda Constitucional n. 25, da Constituição do Estado do Paraná, a qual solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) - (Lê a Emenda Constitucional n. 25).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para efeito de promulgação, os membros da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa assinarão a presente Emenda.

(É assinada a Emenda Constitucional n. 25)

Para dizer, em nome do Poder Legislativo, do significado desta solenidade e do ato aqui realizado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Excelentíssimo Senhor Nilso Sguarezi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo, Representante de Sua Excelência o Governador João Elísio Ferraz de Campos;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, Vice-Prefeito e Representante do Senhor Roberto Requião, Prefeito de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Wilson Reback, Presidente do Tribunal de Alçada;

Excelentíssimo Senhor Tadeu Lúcio Machado, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e uma menção especial ao Professor Geraldo Ataliba, inspirador desta Emenda, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, talvez a única, tenha aprovado com respeito à Constituinte Estadual. (Lê):

Senhores Deputados:

"Iniciamos hoje no Paraná, um novo processo de nossa história política para que ela fique marcada para a posteridade como um momento de afirmação dos Deputados Estaduais paranaenses, no seu firme propósito de construir uma ordem democrática, na qual todos os focos de Poder se congregam e obedecem ao poder do cidadão - do civil, de que nos fala Raymundo Faoro - para acrescentar que "o sistema será democrático se, e enquanto a base das deci-

sões nacionais assentar sobre a deliberação popular".

A presença entre nós do Professor Geraldo Ataliba, destaca ainda mais este ato.

A PROMULGAÇÃO DA EMENDA N. 25 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO transforma esta Assembleia em Constituinte, com o dever grave, extenso, supino, de "adaptar nossa Constituição aos preceitos promulgados pela Assembleia Nacional". Coloque-se em linha de relevo o ato do Governador João Elísio Ferraz de Campos que formulou proposição a esta Casa, objetivando assim, Poderes Constituintes aos Senhores Deputados Estaduais, eleitos para a Legislatura de 1987 a 1990. Sua visão em "preparar o Paraná do futuro" - que será governado por Alvaro Dias - veste adequação ao propósito de reordenar constitucionalmente a nossa caminhada para o longo amanhã de nossas instituições basilares.

A partir desta hora, o Norte constitucional e político paranaense já está fixado. Diante de nós, um trabalho histórico a que poucos foram chamados, embora sejamos o povo na autoridade que nos entregou, livre e democraticamente, em novembro. Na consciência da missão que nos incumbe, não iremos fazer uma Constituição para quem nos elegeu; teremos que afinar nossa sensibilidade e escrever a grande Lei como síntese da vontade popular. Só assim chegaremos a dizer como Solon, que

"Dei ao povo o poder que era necessário, nem retirando a sua honra, nem lhe concedendo mais do que o devido. Impedi que os que tinham influência e os que eram famosos pela sua riqueza fossem tratados com impropriedade. Com meu escudo erguido, protegi os ricos e os pobres, sem deixar que uns ou outros triunfassem injustamente".

Estatuto básico de uma sociedade, a Constituição disporá sobre a organização do Estado, afinal uma criação do homem - jamais seu Leviatã. Importa erigir - antes que tudo - os direitos dos cidadãos, em paralelo aos seus deveres. O Estado deve ser instituição que obedece às normas, nunca o devorador dos direitos naturais, assomando-se como figura representativa do contrato social e usurpadora do destino de liberdade de cada um de nós e de todos nós, coletivamente.

Por sobre ele, deve impender o império da lei. Lei que espelha o homem-civilização, parametrizando as caminhadas do seu ontem, do seu agora e de sua eterna busca pela felicidade.

Começamos um novo instante jurídico, para deixar nas dobras do passado o desequilíbrio entre os Poderes; também a au-

sência de harmonia em seu relacionamento, num feixe de circunstâncias políticas que nos descambou para um autoritarismo que nossos sentimentos democráticos sempre abjuraram. A perfeição está no equilíbrio. Não somente entre os clássicos pilares da tripartição dos Poderes, mas na conjugação harmônica dos segmentos da sociedade que, de resto, refletem a singularidade da pessoa humana na busca de seu espaço de direito.

Na sensibilidade política das vozes que se altearão nesta Casa existe um universo imenso de vontade que se sintoniza com o pensar brasileiro do Paraná. A missão de transferir a síntese do que desejam os paranaenses, em termos destes momentos, exigirá dos Senhores Deputados uma Carta que sobreviva aos tempos. Não creio que iremos buscar uma Constituição moderna, como reflexo das angústias ou da eventual felicidade de alguns, nestas horas. A transitoriedade das circunstâncias no turbilhão das criações humanas, nesta voragem imensa de mudanças largas e surpreendentes, há de colocar-nos na postura vertical da tranqüilidade. Importa fazer a Lei que responda às mil faces do homem. Todas as mil faces de suas aflições e de seus sonhos, para que se mantenha como um fanal guiando-nos nas trilhas sociais de nossas permanentes caminhadas.

Tão importante quanto à letra da Lei em si, haverá de caber-nos a lição de Accioly Filho, que presidiu esta Casa com notável saber constitucionalista, há 30 anos, quando editou nossa Carta Magna, já proclamava que se impunha uma

"Constituição que exista, mas se conheça; vigore, mas se cumpra; invocada, mas se ame e respeite. Embora os defeitos, é a primeira Lei e defende até o último dos homens - basta que todos a conheçam, cumpram, amem e respeitem".

Lutei e tenho lutado, em companhia do Presidente Nilso Sguarezi e de meus companheiros de Mesa Executiva, para que pudessemos chegar a este momento de um grande processo de trabalho, cujos efeitos deverão ser tão claros, que a colheita dos seus frutos se distribua por todos os paranaenses, expressando respeitabilidade por este Poder, que deve ser a trincheira das forças criadoras da nossa sociedade.

Esta oportunidade nos oferece um momento de reflexão para que aprofundemos a opinião de que a lei está necessariamente ligada à idéia de duração, permanência ou estabilidade, tendo como caracteres que a distinguem, a generalidade e a persistência ininterrupta. A Lei não é apenas a elucidação de uma verdade em litígio, mas a satisfação do senso inato de retidão nos desejos do homem, dando-lhe a perspectiva

da realidade. Isso porque cada sociedade desenvolve seus próprios gestos, comportamentos e maneiras que incluem uma referência à realidade, abrindo as portas que possam conduzir ao mundo da sociedade concreta, onde todos os produtos sociais sejam respostas a situações que se mesclam, se misturam, se ativam mutuamente.

Esta é a missão e a coroa de glórias políticas que se pode almejar.

Façamo-la, jurados no desejo de expressar a vontade do povo, traduzindo-a na Lei Constitucional, para que possamos conhecê-la, respeitá-la, amar sua letra de justiça e cumpri-la - principalmente. Este deve ser nosso destino pessoal e coletivo. E que Deus faça nossos passos por sobre as linhas que iremos escrever sob sua inspiração e de acordo com a vontade do povo".

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Esta Presidência entendendo que este ato solene fará parte da História do Paraná e aproveitando a presença do Professor René Dotti, futuro Secretário da Cultura, convidamos Sua Excelência para receber desta Presidência uma cópia desta Emenda Constitucional e que Sua Excelência seja portador ao Museu Paranaense, porque acredito que fará parte da História deste Estado.

(É entregue a cópia)

A Mesa da Assembléia Legislativa deseja externar a sua profunda gratidão e agradecimento às ilustres autoridades que aqui compareceram, aos Senhores, as Senhoras e a todos os presentes. E solicita à Comissão anteriormente designada, que acompanhe Suas Excelências, representando o Senhor Governador, o Secretário-Chefe da Casa Civil José Olímpio de Paula Xavier e o Desembargador Mário Lopes dos Santos, enquanto Suas Excelências permanecerem no Palácio Dezenove de Dezembro.

E antes de darmos por finda esta solenidade, a Mesa deseja convidar todos os presentes para, logo após o encerramento desta sessão e a execução do Hino do Paraná que deverá encerrá-la, que todos os presentes assistam à abertura do Seminário do Poder Legislativo e a Constituinte, com duas palestras a serem proferidas sendo uma pelo Professor René Dotti e outra pelo Professor Geraldo Ataliba.

Ouviremos agora, o Hino do Paraná.

(É executado o Hino do Paraná)

Está encerrada a sessão.

SEMINÁRIO

"A CONSTITUINTE E O PODER LEGISLATIVO"

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Decla-

ro instalado o Seminário: "A Constituinte e o Poder Legislativo".

Nesta tarde, nós vamos desenvolver os trabalhos com duas palestras: uma do Professor Geraldo Ataliba, que falará sobre a Constituinte e a Reforma Tributária, e outra, do Professor René Dotti, falando sobre a Constituinte e as prioridades do Paraná.

Nós teremos inicialmente os dois palestrantes nos brindando com os seus conhecimentos, e logo após, nós abriremos um debate para participação do Plenário.

Tenho a honra de conceder a palavra, inicialmente, ao Professor Geraldo Ataliba, que falará sobre o tema: "A Constituinte e a Reforma Tributária".

O SR. GERALDO ATALIBA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Nilso Sguarezi, Senhor Secretário e Professor René Dotti, Senhores Deputados.

Foi uma honra para mim, participar, assistir e testemunhar este momento culminante da História Legislativa do Paraná, com a promulgação desta Emenda que, como disse o Presidente Nilso Sguarezi, vai ficar na História do Estado.

Exerceu a Assembléia Legislativa neste instante o Poder Constituinte derivado que se consubstancia na edição de uma Emenda Constitucional. Emenda essa que teve por objeto a transformação da Assembléia Legislativa, no momento oportuno, em Assembléia Estadual Constituinte, a instalar-se em sequência à promulgação da Constituição Nacional.

O Deputado Anibal Khury, da tribuna, chamou a atenção para essa circunstância histórica, de que só a Assembléia Legislativa do Paraná promulgou esta Emenda e, portanto, só o Estado do Paraná ficará a salvo de uma disposição transitória que fatalmente virá na Constituição Federal, disposição esta emanada do Poder Constituinte Nacional, previsivelmente em setembro ou outubro, dizendo: "Estão dissolvidas as Assembléias Legislativas" e em todos os Estados proceder-se-ão eleições para a escolha de Deputados Constituintes Estaduais. Possivelmente só o Estado do Paraná ficará a salvo desta dissolução da Assembléia Legislativa, mesmo porque não há mais tempo material para que nenhuma outra Assembléia Legislativa do País adote providência semelhante. Sabedoria, portanto, deste órgão do Poder Legislativo do Estado, que, com isso, merece as nossas homenagens e o nosso respeito.

Aprovada a Constituição Federal, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, convertida em Assembléia Legislativa Estadual virá exercitar o poder constituinte derivado num grau maior do que o manifestado hoje, elaborando a Constituição do

Estado do Paraná para vigir nas próximas décadas, desejavelmente para as próximas gerações.

Daí, a necessidade ou a oportunidade de uma meditação, embora ligeira, neste momento, sobre algumas diretrizes de pensamento a respeito deste trabalho a ser desenvolvido num momento oportuno, possivelmente ainda neste ano por esta ou pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Vamos lembrar em primeiro lugar que há uma evolução na história constitucional brasileira, altamente negativa sob um certo aspecto.

A primeira Constituição republicana e federal, de 1.891 fixou alguns princípios que seriam aplicáveis aos Estados e às Assembléias Legislativas dos Estados, às Assembléias constituintes estaduais. Em 1892, reuniram-se e fizeram as Constituições estaduais com uma extraordinária e rica variedade. Cada Estado estabeleceu a sua estrutura, como pareceu conveniente ao seu poder constituinte estadual, limitando-se a ter que obedecer a prescrição quanto ao princípio republicano e as prescrições, portanto, quanto à tripartição do Poder e no mais, basta olhar as Constituições dos Estados brasileiros da época e ver a extrema variedade, cada Estado fez a Constituição que lhe convinha de acordo com suas tradições, suas aspirações com suas peculiaridades.

Em 1.930, foram praticamente suspensas as Constituições Estaduais, vivemos um regime chamado provisório, discricionário até 1934, quando foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte, que fez a Constituição de 1934, que passou a vigir em 1935 e nesse mesmo ano, os Estados brasileiros reuniram suas Assembléias Constituintes e fizeram as Constituições e aí vem a primeira marca desta tendência que depois se agravou.

Constituições muito mais semelhantes porque criou-se um padrão na Constituição Federal que limitava a liberdade dos Constituintes Estaduais. Estas Constituições Estaduais pouco tempo tiveram para vigir, porque promulgadas entre o fim de 1935 e começo de 1936, nem sequer tiveram a oportunidade de plena aplicação quando sobreveio o golpe de Estado de 1.937.

Em 1.945, é eleita uma Assembléia Nacional Constituinte, e em 1946 elabora-se um texto constitucional, sendo promulgada em 18 de setembro, a Constituição de 46, que mais ainda avança no campo do Constituinte Estadual e tivemos então, uma reduzida liberdade para o Legislador Constituinte Estadual de 1.947, e tivemos as Constituições Estaduais mais parecidas umas com as outras e essa semelhança se deu em prejuízo da liberdade que cada Es-

tado há de ter de plasmar as suas instituições como melhor lhes pareça.

Este regime vai até 1.964, quando um golpe de Estado, praticamente destrói a Constituição Federal e paralisa as Constituições Estaduais, começamos, então, a entrar neste clima de atos institucionais até a chamada Constituição de 1967, que não foi senão uma Carta Constitucional, porque não foi democraticamente votada pelo poder constituinte e que também pouca vida teve porque já lhe sobreveio o ato ditatorial da Junta Militar de 1.969, de baixo do qual vamos vivendo até hoje; ato este que a história mostrou caracterizar-se de duas maneiras: uma pelas circunstâncias da própria Junta Militar que o editou, não o obedecendo e, em segundo lugar, pela circunstância de fixar instituições que cada vez mais se distanciavam do ideal democrático que era da tradição brasileira.

O momento que vamos viver agora é histórico sob diversos aspectos, mas eu queria salientar só um e chamaria, exortaria o nosso Deputado Nilso Squarezzi que vai ser Constituinte entre outros dos presentes, apelaria até que voltássemos às nossas raízes dos primeiros pruridos republicanos e federalistas, que a Constituição Federal só fixe absolutamente os princípios básicos e fundamentais e deixe a liberdade do Legislador Constituinte Estadual, o plasmar, o armar, o organizar as instituições políticas de cada Estado, atendendo a sua realidade, a sua tradição, a sua história, as suas aspirações, enfim, as peculiaridades do momento e do local de cada Estado.

É preciso que esta luta, eminentemente federativa seja estabelecida sob pena deste Poder que vai decorrer desta Emenda Constitucional, hoje promulgada, ser inteiramente esvaziado se mantivermos esta tendência que foi se notando em 1926, numa reforma Constitucional que houve em 1934, em 1946 e depois do golpe de Estado de 1964, se mantivermos esta tendência não haverá tarefa para o Poder Constituinte Estadual no fim deste ano, porque a Constituição Federal terá criado uma camisa de força de tal maneira estreita que não haverá o que fazer, o que se deixar à elaboração Constitucional Estadual. Chamo a atenção, recordando a Vossas Excelências o seguinte: a Assembléia da soberania popular do Estado, o órgão Legislativo, o órgão máximo da representação popular, hoje tem a disciplina das suas atribuições, do seu funcionamento, na Constituição Federal, essa constituição cheia de emendas, que vem do autoritarismo. Ali está dito quantos Deputados Estaduais haverá, que atribuições terão, que poderes terão, quanto vão ganhar, em que condições são

eleitos, como desempenham suas tarefas, quantas Comissões de Inquérito podem criar. Enfim, está tudo dito no texto da Constituição Federal, dito para o Paraná e para o Amazonas, dito para o Rio Grande do Sul e para o Acre, dito para o Rio Grande do Norte e para o Mato Grosso, dito, igualmente, para todo o País que, na sua geografia, na sua história, na sua antropologia, na sua economia, nas suas aspirações, na rica variedade que faz esta Nação Continente, pelo contrário, indica a liberdade de cada Estado constituir-se, armar-se, estruturar-se de acordo com as suas conveniências, e, não de acordo com o figurino elaborado à distância, e, portanto, necessariamente desligado daquela comunhão, daquela convivência estreita entre o representante do povo e o próprio povo.

Esta seria, Senhor Deputado Nilso Sguarezi, a primeira exortação que eu faria, na pessoa de Vossa Excelência aos Constituintes Federais paranaenses, em benefício da Federação.

Recordo que, mesmo depois de promulgada a Constituição de 1934, a Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, decidiu estabelecer o regime Parlamentarista. A Assembleia plasmou uma Constituição em que as instituições parlamentaristas eram adotadas. O Estado do Rio Grande do Sul seria republicano, sim, mas não presidencialista!

Isto estava muito de acordo com as tradições, com a cultura, com o gênio gaúcho!

No entanto, uma minoria levou ao Supremo Tribunal Federal, a arguição de inconstitucionalidade da Constituição do Rio Grande do Sul, e, desgrazadamente, o Supremo Tribunal Federal negou validade aos preceitos da Constituição gaúcha de 1935, que prescrevia o Parlamentarismo, e, com isto, perdeu o Rio Grande do Sul, porque não exercitou as suas liberdades republicanas e federativas; perdeu o Brasil, porque poderia inspirar-se naquele exemplo, naquela experiência, se ela existisse, se tivesse existido; podia inspirar-se naquela experiência, para até transplantá-la a nível nacional.

Se os Senhores se derem ao trabalho de compulsarem a tarefa dos Constituintes Estaduais, desde 1892 até agora, verão quantas vezes os legisladores estaduais brasileiros tiveram inspiradas fórmulas para resolver problemas institucionais concretos, ao longo da história do Brasil. E, toda vez se aumentava a democracia, que se republicanizava alguma instituição, mas, de modo original, todas essas iniciativas caíram por terra, por uma visão estreita do Supremo Tribunal Federal, mas, infelizmente, sempre baseado em textos constitucionais federais que eram, na prática, na

realidade, na sua eficácia, anti-federalistas, contrários à liberdade dos Estados, sufocadores da competência constitucional dos próprios Estados.

É preciso que a partir desta observação, desta experiência, deste alerta, a atual Constituinte cuide da União e bem cuidada, que ela seja republicana, que suas instituições sejam representativas, fiéis ao povo, sensíveis ao clamor popular, atentas à fiscalização do povo brasileiro, transparentes, cristalinas, efetivamente democráticas, que não sejam sufocantes à liberdade dos Estados, em outras palavras, que a Constituição Federal seja efetivamente federativa.

Esta responsabilidade, ilustre Presidente, é uma responsabilidade que leva Vossa Excelência nos seus ombros, como seus colegas Constituintes paranaenses. Esperamos que a experiência de Parlamentar Estadual, que a experiência de ex-Chefe do Poder Legislativo do Estado sejam para Vossa Excelência, inspiração, no desafiar aos seus colegas de Constituinte Federal, para que estejam atentos ao respeito que os Estados têm que ter de estruturar-se.

O meu tema, Senhor Presidente, e dele vou tratar em cinco minutos, porque foi dito por Vossa Excelência que é plano deste Seminário fazermos um diálogo, e eu acredito que o diálogo seja mais importante do que qualquer tipo de monólogo. Vou, portanto, simplesmente mencionar duas ou três idéias que me parecem centrais, básicas, essenciais, numa meditação constituinte, agora, para isso ser um bom motivo num diálogo subsequente.

A Constituinte Federal vai ter dois tipos de problemas em matéria tributária. Um, o problema clássico que se propõe à qualquer Assembleia Constituinte, em qualquer país do mundo, seja este um país federativo ou unitário, é o problema de estabelecer os princípios que garantem ao cidadão, a livre empresa, o desenvolvimento das atividades, a cultura, a economia, diante do poder tributário em geral. Então, certamente, esta Constituinte vai, não só adotar, como aprimorar o princípio da legalidade, o princípio da igualdade em matéria tributária, o princípio da ampla tutela jurisdicional em benefício dos direitos individuais e das projeções destes direitos individuais, em matéria tributária. Certamente esta Assembleia Constituinte, republicaneamente estará atenta aos mecanismos de fiscalização dos dinheiros públicos, arrecadados tributariamente na esfera da União, como princípios aplicáveis a todas as pessoas públicas. Este problema clássico não me atemoriza, embora me ponha alguma preocupação, pois há uma tendência no Brasil, uma tendência cultural, geral, autoritária, que beneficia ex-

cessivamente o Poder Executivo, e que se descuida, muitas vezes, dos direitos individuais que se descuida, muitas vezes, da necessidade de assegurar à empresa, ao homem de empresa, a previsibilidade da ação estatal, a segurança do direito, e os meios de poder planejar a sua atividade econômica, o investimento, etc. Isso me preocupa um pouco, mas acredito que até mesmo como reação aos abusos dos últimos tempos, esta Assembléia Constituinte vai estabelecer um equacionamento entre os direitos do cidadão e os direitos do Estado à tributar um equacionamento equilibrado.

Há um outro tipo de problema, peculiar, muito peculiar ao Brasil e à meia dúzia de outros países do mundo. É o problema de repartir este poder tributário estatal entre a União e os Estados, com a agravante de que a tradição brasileira, salutar tradição brasileira atribui aos seus municípios, também competências tributárias originárias. Então, estabelecer o equilíbrio na repartição de competências tributárias entre União, Estados e Municípios é um problema bastante peculiar, e este sim, vai envolver paixões, interesses, contradições e, vai envolver todas as inclinações que vêm da nossa história, dos nossos vícios, dos nossos defeitos; vai apaixonar nosso idealismo, muitas vezes até sonhador, e deste choque de sonhos e realidades, de conflitos e de interesses e com inclinações de experiências e planos, deste entrelaço é que vai nascer uma solução para repartir adequadamente as competências tributárias entre a União, os Estados e os municípios.

Esse tema que, à primeira vista poderia soar como um frio tema técnico, na verdade se revela como a chave que permitirá a eficácia dos outros preceitos constitucionais, que vão estabelecer não só a harmonia republicana entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, mas principalmente a harmonia federativa entre a União e os Estados, entre os Estados entre si, entre os Estados e os Municípios, entre os Municípios e a União. Este equilíbrio é o grande desafio, em matéria tributária, é o maior desafio que se propõe à Constituinte. Cada constituinte levará a sua carga de experiência, de pressões legítimas, sadias de angústias, de ideais, de sonhos, de equívocos, de apego à realidade. É do entrelaço destas 559 aspirações, tendências, inclinações e experiências é que haverá de surgir a fórmula equilibrada que permita que este País encontre o esquema financeiro que sirva de suporte para todos os demais esquemas que vão garantir o funcionamento das nossas instituições.

Daí, a complexidade e a vastidão do problema, da qual eu queria salientar só

um aspecto - estou falando na sede do Poder Legislativo de um dos Estados mais ricos deste País, de um Estado inequivocamente rico, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo; de um Estado altamente promissor, cuja as taxas de desenvolvimento econômico são, se não forem as maiores do País, estão entre as duas ou três maiores; de um Estado que não tem limites, não pode ter limites as suas ambições ao seu futuro. De um Estado cuja história é uma história de crescimento explosivo, de desenvolvimento, de ampliação do bem-estar. Enfim, um Estado que de todos os pontos de vista há de ser invejado pelas suas qualidades objetivas e subjetivas.

Mas, a Constituinte Federal vai fazer a Constituição para o Brasil, cuja média econômica, financeira, institucional, política, educacional, cultural, é muito inferior à do Paraná. Então, a Constituinte Nacional, com homens nacionais, como o Deputado Sinval Guazelli, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, terá a necessidade patriótica de olhar o Brasil como um todo, com olhos gerais, como brasileiro e não mais como um regionalista e terá que enxergar o Brasil na sua real dimensão de País pobre, sub-desenvolvido, deficiente cultural, política, financeira e tecnologicamente. Isto que o Brasil é a sexta potência econômica do mundo é uma balela; primeiro, porque não é a sexta; segundo, porque a circunstância de meia dúzia de empresas estatais serem poderosas não faz um país nem rico e nem feliz. É preciso despir-se de tudo o que a propaganda interesseira tem armado nos últimos tempos, com os resultados que nós estamos vivendo.

É preciso ter visão nacional e este é o desafio segundo que se impõe aos Constituintes, Senhor Presidente. E então, verificar que fórmulas excelentes para o Estado do Paraná, fórmulas ótimas para a maioria dos municípios paranaenses, serão a desgraça, a destruição de muitos Estados brasileiros. Fórmulas que eu tenho visto porque há vinte anos trabalho nesta área, fórmulas que seriam maravilhosas para Curitiba, ou para São Paulo, ou para Belo Horizonte, ou para o Rio de Janeiro, são absolutamente arrasadoras para a maioria dos municípios brasileiros.

Quando se fala em município, ou se pensa numa abstração que não existe, ou cada um pensa no seu município. Mas, há municípios brasileiros; não se pode falar no município brasileiro. Há os municípios brasileiros que vão da variedade mais extraordinária, da pujança mais extraordinária de uma Curitiba, cidade muito superior a São Paulo por exemplo, ao Rio, em nível de vida, até uma quantidade imensa de municípios extremamente carentes e destitui-

dos.

É preciso encontrar uma fórmula que sirva para todos os municípios. Uma fórmula que sirva para todos os Estados, para o Paraná e para o Piauí, para o Rio Grande do Sul e para o Ceará. Este é o desafio que se propõe aos nossos Constituintes. Então, é uma consideração que eu gostaria de fazer, seja qual for a fórmula encontrada, eu sou a favor que se reduzam as competências da União. A União não tem que fazer tanta coisa, mesmo porque ela não faz. Nós sabemos que ela não é capaz de fazer, ela não pode fazer. Precisamos então, despir a União, tirar as atribuições da União e dá-las aos Estados e aos Municípios, conforme a sua natureza. Precisamos correspondentemente dar os meios financeiros para os Estados e para os municípios. Mas, a União tem que continuar a ter uma certa dose de recursos em excesso, não para ela gastar não, mas para ela repassar para os Estados e municípios pobres. Esta fórmula já existe e são o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios. Isto já existe. Estatuto desacatado, desobedecido, deformado, a eficácia comprometida por todos os arbítrios e abusos do casuismo e autoritarismo, mas na sua pureza essencial esta fórmula é correta. É um meio de tirar dinheiro do Município rico e dar para o pobre. É um meio de tirar dinheiro do Estado rico e dar ao Estado pobre.

Mas, é preciso que o dinheiro seja efetivamente dado para o Estado pobre; efetivamente dado para o Município pobre. E que não se consuma e não se perca nos descaminhos, nos desmandos, na burocracia Federal criada para administrá-los.

Este mecanismo me parece fundamental. Sem ele parece que doze ou treze Estados brasileiros não têm condições de sobreviver com recursos próprios. Sem ele, dos 4.100 Municípios Brasileiros, mais de 2.500 não têm condições de sobreviver. Esta é a realidade nacional.

E é preciso conhecê-la para administrá-la. Então, eu penso que os Fundos já existentes, que são mecanismos para tirar dinheiro da área rica para a área pobre, devem ser mantidos, aperfeiçoados, burilados, aprimorados com igual vantagem, sem falar na vantagem nacional. A primeira é de que se os Estados e Municípios pobres, se tiverem durante um longo tempo a possibilidade de fazer investimentos em educação, saúde, equipamentos urbanos, etc., eles fixarão o homem na terra, e pelo menos terá diminuído este atrativo das cidades grandes, dos Estados ricos e esta migração interna no País.

Por outro lado, este mecanismo propiciará a ocupação do território nacional, a valorização de nossa mão-de-obra, a valo-

rização de nossa matéria-prima espalhadas nesses lugares, porque estes Estados pobres são todos eles potencialmente muito ricos.

E por último, cumprimos o mais básico dos valores a que somos chamados como cidadãos, que é a promoção humana, a valorização desses cidadãos, que são iguais a nós, e que vivem nessas regiões, nesses Estados e nesses Municípios.

Assim, estaremos plasmando instituições duradouras, como disse o Professor Luís Alberto Machado, Diretor da Faculdade de Direito do Paraná, em recente conferência realizada em São Paulo, promovendo o ser humano, o cidadão brasileiro que é igual a nós, e tem os mesmos direitos que nós, mas, que não teve as mesmas oportunidades que nós tivemos ao nascer num Estado rico, numa cidade rica, e assim realizaremos uma tarefa de construir instituições, como disse o Deputado Anibal Khury, não pensando na próxima eleição e sim, pensando nas próximas gerações.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Passamos a palavra ao Professor René Dotti, para discorrer sobre o seu tema.

O SR. RENÉ DOTTI - Excelentíssimo Sr. Presidente, Deputado Nilso Sguarezi, Excelentíssimo Senhor Professor Geraldo Ataliba, Senhores Deputados, Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Jesus Sarrão, Dr. José Carlos Garcia, Juiz Federal, ilustres integrantes deste Seminário:

Senhor Presidente, a minha satisfação é multiplicada neste momento, porque como se referiu o professor Ataliba, presenciei um evento da maior importância, que é a promulgação da Emenda à Constituição do Estado do Paraná, convertendo-a em Assembleia Constitucional Estadual. É também motivo de particular satisfação poder neste momento histórico, quando a Nação e o povo se reúnem num amistício entre a crise e o pessimismo, orientar os caminhos através da 5ª Constituinte responsável pela elaboração da nossa 8ª Carta Política.

Elaborei um documento de trabalho, cuja cópia, para não fastidiar os eminentes membros deste Seminário, pedi que distribuissem através dos assessores de Vossa Excelência. O trabalho está com perfil histórico dos últimos trinta anos, referentes aos tormentos, às vicissitudes, às experiências, e às frustrações, com as Constituintes, a partir de 1933, 1934, de 1946, em face das Cartas Autoritárias de 1937, de 1967 e de 1969.

Há, Senhor Presidente, um traço comum nesta visão histórica entre estas oscila-

ções dos movimentos constitucionais do nosso País. Ao mesmo tempo em que a Constituição de 1934 recebia dos constituintes o aplauso geral, a comemoração cívica e a declaração solene de que não se esperava mais que a ditadura pudesse voltar ao País, ao mesmo tempo em que a Carta Constitucional de 1946, também promulgada em momento de euforia cívica, declarava a importância do indivíduo perante a força do Estado, tivemos neste meio de tempo, a Constituição autoritária de 1937, e as Cartas também autoritárias de 1967 e 1969.

Parece-me de extrema importância destacar dentro deste perfil histórico, Sr. Presidente, as semelhanças entre o golpe de 1937 e o golpe de 1964, na característica referida, numa correspondência de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas onde dizia o Chanceler, que se preocupava muito com o problema da confrontação entre as Forças da esquerda e da direita, em 1935 e 1936, e denunciava ele, a intolerância ideológica, quando o Exército e a Marinha interferiam no debate das idéias entre os civis, e verberou o disparate, consiste em possíveis e futuras revoluções religiosas ou científicas nas Forças Armadas jogando-se a responsabilidade sempre para os civis, os padres, as freiras, os pintores e os poetas. O obscurantismo chegara ao seu clímax quando o Ministro da Guerra, às vésperas do fechamento do Congresso Nacional, teria escrito ao Presidente da República considerando em pé de igualdade, em legitimidade política, um deputado, um cidadão e um soldado.

Enfaticamente, Osvaldo Aranha dizia nesta carta a Getúlio Vargas: "O nosso problema é pôr ordem nas classes armadas e deixar ao livre jogo das idéias a evolução política de nosso País".

Procuró destacar também, Senhor Presidente, Senhores Membros do Seminário que o Estado Novo marcou com ferro em brasa uma geração de brasileiros, perseguindo furiosamente os dissidentes ideológicos e eliminando os opositores políticos não somente da esquerda como também da direita, a exemplo dos operários integralistas acusados de terem atacado o Palácio Guanabara no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1938.

No Paraná, em consequência do golpe de Estado de 1937, foi dissolvida a Assembleia Legislativa, passando o Estado a ser regido pelo modelo federal. A função legisferante passou a ser exercida pelo Poder Executivo local.

Em 18 de dezembro de 1946, quando o Deputado Mello Viana, na condição de Presidente da IV Assembleia Nacional Constituinte Brasileira, declarou promulgada a nova Carta Política, os 322 constituintes presentes irromperam em aplausos sinceros, refletindo a festa cívica de 16 de julho

de 1934. O ambiente de confraternização e de alegria foi um dos pontos altos do evento que consagrou o pluralismo partidário e ideológico.

Também festejaram aquele evento os membros da Bancada do Partido Comunista do Brasil que, lamentavelmente, em 07 de janeiro de 1948 teriam seus mandatos cassados pelo voto de 167 Deputados contra 74, em face do Partido Comunista do Brasil - era essa a denominação de então - ter sido posto na ilegalidade por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em 07 de maio de 1947.

A Constituição de 1946, portanto, não teve a vigência de 40 anos. E além daquele primeiro atentado, da cassação dos Deputados comunistas, contrariando o seu espírito que deveria ser mantido quanto à liberdade de consciência política e ideológica, a Lei Fundamental sofreu outras violações, incluindo a votação de um regime parlamentarista de ocasião a fim de permitir a posse do Vice-Presidente João Goulart, em face da vacância da Presidência diante da renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961.

Muito se tem falado no sentido liberal, próprio do seu tempo histórico da Carta Política de 1946. E assim, ocorreu evidentemente no plano das liberdades públicas, dos direitos e das garantias individuais. A Doutrina, no entanto, e entre outros tratadistas, o eminente Professor Geraldo Ataliba, denunciaram que o modelo constitucional de 1946 não tinha a necessária flexibilidade para acomodar as transformações não só políticas como também econômicas e sociais que o Brasil passou a viver no pós-guerra com a explosão de determinados mecanismos de ordem econômica e social, com a nova fisionomia plantada nos anos 50, e particularmente nos anos críticos de 1960.

Com base nessa experiência pessoal de constituinte de 1946, o Ministro Aluísio Alves adverte os futuros Constituintes que com a nova Constituição seja removido o entulho autoritário, decorrente de textos ordinários, sob pena de sofrermos, agora com a nova Constituição, o ocorrente nos anos 50 e 60 quando a legislação infra-constitucional não cumpriu a promessa da Lei Fundamental no sentido de explicitar direitos e garantias ali estabelecidos em forma programática "verbae gratia" o direito de greve e a participação dos empregados nos lucros da empresa.

A preocupação é fundada como se pode perceber pelas deformações que sofreu a Constituição de 1946 com o advento dos Atos Institucionais números 1 a 4, entre 09.04.1964 e 07.12.1966 e um imenso elenco de emendas constitucionais votadas por um Congresso desfigurado em sua natureza de

liberdade de poder.

A respeito do trabalho, uma referência às Constituições de 1967 e 1969 com destaque para o Ato Institucional n. 4 de 1966 que, a pretexto de regular os trabalhos dos Constituintes, asfixiou a liberdade que deveriam ter os legisladores, estabelecendo prazos exíguos para a discussão do Projeto encaminhado pelo Executivo e das Emendas.

Também na Emenda n.1 de 1969, as violações decorrentes da intervenção nos Estados e nos Municípios sem as limitações previstas na Constituição.

A intervenção nos Estados e Municípios sem as limitações previstas na Constituição poderia ser decretada "no interesse nacional": a suspensão de direitos políticos; a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (sem permitir a substituição); a suspensão das garantias constitucionais, ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como o exercício em funções por prazo certo, como conquista histórica dos servidores públicos, podendo quaisquer de seus titulares ser demitido, removido, aposentado ou posto em disponibilidade; a transferência para a reserva ou a reforma de militares ou membros das polícias militares; a decretação do estado de sítio "ad libitum" do Presidente da República e sua prorrogação por tempo indefinido; a decretação do confisco de bens, mediante, investigação sumária e destituída das garantias de defesa; a possibilidade para a edição de Atos Complementares, também por ato do Presidente da República; a suspensão da garantia do "habeas corpus" nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular; a exclusão do direito de audiência pelo Poder Judiciário, impedido de apreciar quaisquer atos praticados com base naquele Ato Institucional e seus Atos Complementares, e outras medidas de puro arbítrio, à margem dos princípios elementares do Direito e da Justiça, mostraram a face cruel do regime.

O famigerado AI 5 caracterizou o retorno aos costumes bárbaros do Brasil-Colônia como o terrível Livro V das Ordenações Filipinas. Sobre o corpo e o espírito dos acusados e dos condenados se lançavam as expressões mais cruentas da violência dos homens e da ira dos deuses. Aquelas Ordenações - que vigoraram entre nós até o advento do Código Criminal do Império (1830) - desvendaram a face negra do Direito Penal. Contra os hereges, apóstatas, feiticeiros, blasfemos, "benzedores de cães e outros bichos sem a autorização do rei", e a tantos outros tipos pitorescos de autores, eram aplicadas as mais variadas formas de suplícios com a execução

das penas de morte, de mutilação e da perda de liberdade, além das medidas infamantes. Mas, em contraste com aquelas vítimas do sistema, existiam as categorias privilegiadas de sujeitos que gozavam de imunidade ou especial tratamento punitivo: eram os fidalgos, os cavaleiros, os desembargadores, os escudeiros, etc...

Sob a nefasta influência da doutrina totalitária da segurança nacional - armada sobre os pilares de desenvolvimento e segurança - foi editado o Decreto-Lei n.898, de 29 de setembro de 1969, cominando a pena de morte e a pena de prisão perpétua para os condenados por crime político.

Uma vasta gama de leis, decretos-leis e decretos amoldados ao AI 5 e ao seu fastígio de terror ideológico, inundaram esses brasis de maneira a fermentar a mais duradoura e onerosa guerra civil não declarada. O fratricídio assumiu posição de destaque na ribalta onde a tragédia era encenada. E assim correram dez longos anos quando a Emenda Constitucional n.11, de 13 de outubro de 1978, revogou parcialmente o regime de arbítrio e atenuou sensivelmente o despotismo do Estado e desarmou muitos de seus agentes responsáveis pela tortura e pela morte de tantos brasileiros que não tiveram resguardado o último e um dos mais sagrados direitos de personalidade: o direito à sepultura.

A CONSTITUINTE DE 1986 - 1987

Pela Emenda Constitucional n.26, de 27 de novembro de 1985, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte integrada pelos deputados federais e senadores a serem eleitos em 15 de novembro de 1986, além dos senadores com mandato conquistado nas eleições de 15 de novembro de 1982.

É certo que setores qualificados da opinião pública brasileira, entre eles a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e muitas organizações sociais protestaram veementemente contra a forma de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Entre as objeções principais se destacara: A Assembleia deveria ser convocada por Resolução baixada pelo Congresso Nacional e não através da Emenda. Por outro lado, a Assembleia deveria ser exclusiva e também deveria contar, no seu seio, com o chamado Constituinte avulso, a exemplo do que ocorrera nas Constituintes de 1933 e 1934. Agora porém, de certa forma, estas restrições pertencem aos quadros dos costumes históricos, políticos e institucionais. Acredito que um evento da Constituinte deva ser o catalisador de todas as forças nacionais e das expressões de esperança que devem ser restauradas de-

pois da vida, da paixão e da morte de Tancredo Neves, que renasce, neste momento, aos nossos olhos, aos nossos corações, pela imagem e pela aventura gloriosa dos Inconfidentes.

Esperança que deve materializar-se, também sob as formas de transfiguração, de uma etapa de angústia e temor do povo, para uma fase de entusiasmo frente à plenitude da liberdade e das potencialidades do nosso grande País.

Parece-nos também, que a Constituinte que se instalará no dia 1.º em nosso País e nos Estados, como no Estado do Paraná, revela um aspecto de maior otimismo em relação às Constituintes anteriores, especificamente a de 1946. É que dispomos, agora, de meios de comunicação, de uma mobilização da sociedade capaz de contribuir sensivelmente para os trabalhos de gestação da próxima Constituição e permitir, portanto, o debate não somente no fórum natural, no centro das decisões da Assembleia Nacional Constituinte, mas também nos gabinetes, nos corredores das Casas do Congresso, nas ruas, nas praças, nas universidades, em todos os espaços físicos, cívicos e espirituais do nosso grande Brasil.

Com a chegada deste tempo novo, político e institucional a que se cunhou como a Nova República, a sociedade e o Estado aparecem, portanto, com perspectivas diversas, abrindo enormes possibilidades para o exercício e a fruição das liberdades públicas, dos direitos, das garantias individuais que, ao longo de duas décadas, foram postos sob eclipse.

Quero destacar aqui a restauração da dignidade política da cidadania, a recuperação do direito social de crítica dos assuntos de administração, da comunidade e do homem, o retorno da liberdade de imprensa, a devolução da maioria das prerrogativas do Parlamento, a revisão das fronteiras entre a independência e a harmonia entre os Poderes do Estado e outras vertentes generosas para ninar a Nação e o povo brasileiro nos dias presentes-, apesar das vicissitudes de ordem econômica como fenômeno comum aos países em via de desenvolvimento.

Fiquei particularmente impressionado com a introdução que o Professor Geraldo Ataliba trouxe à consideração dos participantes deste Seminário, no sentido de que o modelo federal não seja um instrumento que, a exemplo dos outros anteriores, centralizava de tal maneira os poderes à Administração Central, de modo que o trabalho do Constituinte Estadual ficara totalmente esvaziado.

Daí porque, não é contraditória a esperança no sentido de que tenhamos prioridades constitucionais que não se opõem na-

turalmente aos limites estabelecidos pelo modelo federal. Independentemente de sua condição pessoal, da atividade exercida, da origem étnica e da situação de ser filho natural ou adotivo do nosso grande Estado, o paranaense vive hoje um momento de excepcional relevo em sua biografia e na dimensão de suas potencialidades. Protagonista da representação da aventura do progresso, integrado no campo ou na cidade, o homem do nosso Estado deve interpretar um novo papel no quadro das expectativas nacionais. O papel de reverter o sentimento de excessiva modéstia, para revelar as faces da inteligência e pujança. Esta, parece-nos, é a primeira das prioridades do Paraná no tempo de uma nova Constituinte, ou seja, a de modelar a sua identidade social, política, econômica e cultural.

As prioridades do Paraná

Independentemente de sua condição pessoal, da atividade exercida, da origem étnica e da situação de ser filho natural ou adotivo de nosso grande Estado, o paranaense vive hoje um momento de excepcional relevo em sua biografia e na dimensão nas suas potencialidades. Habitante dos contrafortes da Serra do Mar às Quedas do Iguaçu, protagonista na representação da aventura do progresso, integrado no campo ou na cidade, o homem de nosso Estado deve interpretar um novo papel no quadro das expectativas nacionais: o de reverter o sentimento de excessiva modéstia para revelar as faces da inteligência e da pujança.

Esta é a primeira das prioridades do Paraná no tempo de uma nova Constituinte: a sua identidade social, política, econômica e cultural frente às demais Unidades da Federação.

Em discurso alusivo ao Centenário de Emancipação Política do Paraná, o saudoso Professor Laertes Munhoz - por feliz coincidência um dos constituintes estaduais de 1947 - disse que "ao se desmembrar de São Paulo a fim de constituir uma nova Província do Império, a Comarca meridional do País bandeirante era uma pequena e pobre comunidade que mais vivia para o nomadismo dos Estados boiadeiros do que para o seu próprio desenvolvimento, circunstância que lhe valeu, no refrão de inúmeros historiadores, o qualificativo de servidão de trânsito."

Mas, prosseguia o notável jurista e grande homem público: "a terra que em outros tempos se subordinava a um simples imperativo de passagem transformou-se num grande parque de convergência das mais diversas atividades criadoras. Para aqui afluíram energias, esperanças e ambições

de pessoas oriundas de variados pontos do mundo. Confraternizaram-se o elemento nacional e o elemento estrangeiro no projeto comum de uma obra ciclópica de conquista pacífica graças à qual iriam se desvendando, pouco a pouco, os mananciais de novas riquezas e os roteiros de outros tesouros. A terra fixou o homem. E o homem realizou o milagre de transformar o mistério das forças telúricas no ideal de uma nova Civilização.

Trinta é três anos após o marco do Centenário estamos acompanhando o sucesso econômico, através de expansão do parque industrial, da abundante colheita na agricultura, da crescente atividade negocial, do empenho da classe empresarial, da maior oferta de empregos, do esforço dos trabalhadores.

Estamos também acompanhando o progresso social do Paraná com a convivência harmoniosa das diversas etnias e as migrações internas de famílias vindas de outras regiões do País e do próprio Estado, justificando a máxima segundo a qual o Paraná é a "terra de todas as gentes".

Assistimos, enfim, o progresso em diversos setores de produção humana, de maneira a nos orgulharmos das nossas potencialidades.

A outra prioridade pela qual devemos nos empenhar radica na conservação da memória.

Não se trata da memória sob o ângulo de formação e de desenvolvimento do Estado. A memória de que se trata agora compreende, também e necessariamente, a consciência histórica dos avanços e dos retrocessos do regime democrático em nosso Estado.

Façamos todos um voto de esperança como aquela proclamação solene do Deputado Mello Viana, Presidente da IV Assembleia Nacional Constituinte. Disse ele, quando da promulgação da Carta de 1946, que "O País deixava as trevas da ditadura, definitivamente banida de nossos horizontes".

Somente através de um Estado de Direito Democrático poderemos levar a bom termo as aspirações da Nação em correspondência com os direitos fundamentais da pessoa humana.

A integração do território paranaense com todas as formas de expressão constitui outra importante prioridade. As mais variadas e fecundas manifestações de vida do Estado e da sociedade devem convergir na perspectiva de uma unidade federativa com estilos próprios de existência.

E é neste momento que mais uma vez registro a impressão que me causou a intervenção inicial do eminente Professor Ataliba. Não é possível que nós tenhamos um País de dimensões continentais asfixiado não só no campo político, econômico, mas

também no social e cultural, por modelos centralizadores, de modo a desnaturar não apenas as comunidades, mas determinadas categorias sociais, aquilo que é próprio das disparidades do nosso grande País, e estabelecer também, portanto, a forceps, uma igualdade nos estilos de linguagem, nos modos de comportamento, na música, na arte, na literatura, nas expressões gerais do espírito e nas formas mais diversificadas de expressão social, econômica e cultural.

Lembro, portanto, que Bento Munhoz da Rocha Neto foi o autor da Emenda que extinguiu o território do Iguaçu, através da Emenda sugerida à Constituição de 1946 e que se incorporou depois à Constituição Estadual, através de uma disposição transitória. Naquela oportunidade, a Emenda teve o apoio unânime de pecedistas, udenistas, perrepistas e petebistas, todos se lançando com o mesmo élan no grande combate paranaense.

Respeitadas as peculiaridades locais e regionais que dão vida e colorido aos mais variados espaços físicos, devemos, todos nós paranaenses, lutar para eliminar o fenômeno ainda remanescente dos guetos sociais, políticos, econômicos e culturais no interesse da hegemonia do Estado. E um dos caminhos imediatos desse generoso processo consiste na supressão do critério de tratamento e consideração entre as cidades do Sul e as cidades do Norte; entre as comunidades do Leste e as comunidades do Oeste.

Esta integração material e espiritual nos proporcionará, Sr. Presidente, melhor presença no cenário nacional e maiores condições de luta para reivindicação de interesses comuns. Trata-se agora de uma prioridade também importante no desempenho político visando a mais vibrante e eficiente atuação junto a todos os setores da vida nacional.

A redução do número de membros da bancada paranaense à Câmara Federal, constituiu um dos muitos atos de ilegítima expropriação de nossa cidadania e das potencialidades econômicas de nosso Estado, sempre disposto a auxiliar os irmãos brasileiros de todas as latitudes e longitudes sem receber a devida correspondência em estímulo e prestígio.

A proteção das nossas riquezas econômicas aparece também no cenário das novas Constituintes - estadual e federal - como condição fundamental de sobrevivência.

E aqui eu destaco, Sr. Presidente, a atuação de Parlamentares no campo federal, como Álvaro Dias, José Richa, Maurício Fruet, Hélio Duque, no empenho constante de sustentar perante as duas Casas do Congresso as prioridades econômicas e particularmente resultante do prejuízo causado

pelas construções de usinas hidrelétricas sem a satisfação, em nível de compensação, pela perda de áreas férteis e a marginalização de famílias.

Menciono também, a luta empreendida por órgãos de comunicação, como a "Gazeta do Povo", a TV Paranaense - Canal 12, outros segmentos da sociedade e as lutas comuns dentro desse campo, referindo também, o trabalho desta Assembléia Legislativa constante na proposta para o Fórum de Debates, consistente na necessidade de royalties e outras compensações pelos aproveitamentos hidrelétricos do Paraná.

Parece-nos, Sr. Presidente, que sem olvidar o elenco de outras prioridades, merece ênfase a crise gerada entre o Governo Federal e os produtores agrícolas quanto à falta de melhores estímulos à produção, principalmente pela ausência de preços mínimos compensadores gerando consequências lastimáveis no plano do abastecimento interno, com a síndrome da fome que ainda envolve populações marginalizadas.

Dentro deste repertório de inquietações e de esperanças, destacaríamos políticas como legislação trabalhista, política salarial, política sobre a dívida externa, política sobre a dívida interna e a inflação, política de alimentação, política de abastecimento, política sobre reforma agrária, política de restabelecimento das atribuições do Poder Legislativo, em tudo quanto competir ao Estado do Paraná legislar.

E termino, Sr. Presidente, de certa maneira suplicando, um momento de esperança para a Constituinte, um novo tempo político e social que deve ser comemorado como uma nova etapa na experiência do homem como um ser livre e responsável, um senhor de sua angústia e de sua esperança, um homem como escultor da sua história e do seu futuro.

Nesta distribuição de poderes, de direitos e garantias individuais, de origem e discriminação das rendas públicas, métodos de escolha dos dirigentes, códigos, leis, organização e destinação das Forças Armadas, tudo isso que comporá o mural dos assuntos da 5.^a Constituinte Federal, gostaríamos que a inspiração e o sentimento de amor à Pátria e à sociedade, de amor ao homem, fossem vertentes permanentes para orientar o nosso legislador constitucional.

E não obstante as dificuldades e as crises vividas pelos brasileiros - como situações características, aliás, dos países em vias de desenvolvimento - é preciso vivermos em toda a sua extensão filosófica e emocional, um estado de alma indispensável ao bom termo da luta constituinte.

Refiro-me ao estado de entusiasmo como

sentimento cívico e como expressão de fé nos destinos do nosso Brasil e do nosso Paraná.

Da França libertária e resistente, cenário das confrontações históricas em torno dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade nos vem o exemplo de incentivo. O filósofo Jean François Lyotard publicou recentemente um novo livro com o sugestivo título: O Entusiasmo - A Crítica Kantiana da História.

Acentua esse pensador que no cenário existencial do presente se movimentam sentimentos de melancolia, de tristeza e de dúvida culminando com a desilusão pelas velhas idéias de "progresso da humanidade".

Surge então, o apelo ao entusiasmo como idéia-força capaz de atenuar quando não remover as dificuldades que se opõem ao desenvolvimento e à felicidade.

Aos legisladores constituintes que representam nas Assembléias Nacional e Estadual o nosso generoso povo, formulamos o mais fervoroso voto no sentido de que vivam intensa e extensamente essa meritória experiência de discutir e aprovar as leis fundamentais para o Brasil e o Paraná.

A comunidade os assiste e os estimula e a História poderá lembrá-los como exemplos de entusiasmo e ação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Passamos agora, ao debate.

Muito embora estejamos desfalcados dos nossos microfones de plenário, vamos tentar fazer diretamente que o participante que desejar formular uma pergunta, poderá fazê-la diretamente a um dos dois palestrantes. Assim, solicitamos apenas um pequeno sinal com a mão, que a Presidência coordenará e disciplinará esta intervenção.

Eu faria, inicialmente, uma indagação ao Professor Ataliba, para começarmos este debate. Vossa Excelência referiu-se muito bem que os municípios brasileiros, desfalcados de maiores recursos tributários, teriam dificuldade de sobreviver, citando número superior até a 2.500 municípios. Eu pergunto a Vossa Excelência se acha que seria uma condição "sine qua non", ter um município brasileiro maior autonomia financeira, para que houvesse sobrevivência política do mesmo? Porque tenho observado, principalmente nos últimos vinte anos, em que um Prefeito às vezes se elege por um partido pequeno, mas, não tendo o município autonomia financeira e tributária, ele acaba mendigando ao Governo do Estado e ao Governo Central e, como consequência imediata, há uma deserção do seu partido de origem e se incorpora ao partido do detentor da Situação, principalmente a nível de

Governo do Estado.

Eu reputo de que isto é uma condição, no meu entendimento, uma condição "sine qua non", para que haja, realmente, uma base partidária, e para que novos partidos tenham uma existência prolongada no Brasil.

Indagaria a Vossa Excelência o que pensa a respeito disso.

O SR. GERALDO ATALIBA - Vossa Excelência chama a atenção para um desgraçado e infeliz fenômeno brasileiro, que é a necessidade da autoridade municipal vir de chapéu na mão conversar com o Secretário de Estado e com o Governador para resolver os problemas. Isto é uma realidade no Brasil. Por que?

Porque a União tem atribuições excessivas, o Estado tem atribuições excessivas no dinheiro e os Municípios estão empobrecidos de dinheiro e de atribuições. Então, qualquer coisa que seja necessária o Município precisa ir à autoridade estadual ou federal. Como uma grande consequência grave dessa deformação Vossa Excelência diz que é a necessidade que fica o prefeito de ir para o Partido do Governador para ver se consegue mais vantagens. E nós vamos modificar isso. Não há dúvida que, se o município tiver dinheiro, o Prefeito não precisa nem pedir. Mas, também não há dúvida que uma série de coisas que pertencem ao Estado e que é este que tem que fazer. É preciso meios para que o Estado faça, sem que o prefeito venha de chapéu na mão.

Agora, quando eu mencionei essa problemática, ilustre Presidente, eu estava pensando no município pobre mesmo. Pobre, porque não tem riqueza ou não tem indústria ou tem pouca indústria; ou não tem comércio ou tem pouco comércio; ou não tem agricultura ou tem pouca agricultura, aliás, agricultura não faz Município rico e os Senhores sabem disso. O País fica rico com a agricultura, mas o Município não. O Município agrícola tem é muito despesa para manter as estradas vicinais. Mas, ele não arrecada, não vem dinheiro para o município pela circunstância dele ser agrícola.

Essa é uma realidade que é preciso ser meditada; como compensar este município que contribui para a riqueza nacional, mas que não recebe recursos financeiros pelo fato de ter produção agrícola e isto é uma grande realidade.

Mas, eu estava pensando nesses hoje 2.500 Municípios brasileiros que não têm condição de viver por si mesmo. Não têm por que?

Não têm comércio, não adianta querer cobrar ICM. Não têm renda, não tem empresa, não tem indústria e nem pessoa física

com renda, aliás se houver renda o imposto pertence à União. Porque os seus imóveis construídos são poucos, e valem muito pouco os imóveis urbanos. Então, não têm dinheiro para tirar dali. Onde a área de serviços é insignificante, o que tem? Médico, barbeiro, engraxate e isto aqui não faz área de serviços para suportar as finanças Municipais. Imóveis de pouco valor, transmissões imobiliárias de pouco valor, pouca atividade econômica, poucas transmissões imobiliárias.

Onde houver essa realidade, que é a realidade da maioria dos Municípios brasileiros, não adianta aumentar as competências tributárias do Município, isto é o que a gente precisa entender. Não adianta dar a um Município, por exemplo, vamos imaginar um Município qualquer no interior do Ceará ou do Maranhão, do Piauí ou do Amazonas, e dizer: este Município pode tributar em importação, exportação, minérios, operações mercantis, operações financeiras. Mas, lá não adianta operação mercantil, nem operação financeira, nem minério, nem indústria, nem comércio, nem imóvel. Portanto, não adianta dizer que deu a ele atribuições tais e quais.

O único remédio está nesses Fundos, a parte da riqueza dos Municípios ricos, vai para os Fundos. E vejam o atual mecanismo: é por meio do imposto de renda e do imposto de produtos industrializados, que são dois impostos federais. 40% do que se arrecada com isso vai para os Fundos, Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Quanto mais pobre o Estado, quanto mais pobre o Município, mais recebe. Quanto mais rico menos percebe.

O Estado de São Paulo, do Fundo de Participação dos Estados não recebe nem 0,5%. O Estado do Paraná recebe 0,9%. E está certo, são dois Estados ricos. Mas, o consumo de produtos industrializados e as rendas geradas nos Estados de São Paulo e Paraná, por exemplo, vão para esse Fundo que vai destinar esse dinheiro para o Amazonas para o Pará, para Mato Grosso do Norte, para o Acre, etc., etc.

É correto, não há outra fórmula. Houve tecnocratas do pior período do autoritarismo, mas enfim, infelizmente isto é um vício que com ou sem autoritarismo existe. Chegaram até a dizer: "Bom, mas Município que não tem condições de viver, não deve existir". E com isso, criaram uma sufocação no desenvolvimento brasileiro, que vejam bem, quando veio o golpe de 1964, havia no Brasil 3.980 municípios. Nesses vinte e tantos anos só há 4.110 Municípios no Brasil. E esses Municípios não cresceram por causa da mentalidade de dizer: "Se uma região é pobre, não pode virar município". E isto é profundamente anti-democrático.

tico. Por que? O que é Município? Município é uma associação de vizinhos que se reúnem e que tratam de seus assuntos comuns, com toda liberdade, sem depender de uma autoridade distante. Isso quer dizer Município: uma associação de vizinhos para cuidar do interesse comum. Então, seja pobre ou seja rico, existe o problema de fazer ponte, de fazer rua, de lidar com lixo, de disciplinar o crescimento urbano, de fazer estradas, etc. De maneira que negar às comunidades pobres o direito de terem esta autonomia, esta liberdade cívica de se governar a si mesmos é negar ao pobre a Democracia! E submeter uma comunidade só porque ela é pobre a um Governo distante!

Os Senhores conhecerão, certamente, diversos distritos que vivem longe da sede do Município e que vivem numa dependência colonial do mesmo. Quem resolve é a sede, lá distante, se vai haver rua, praça, se se constrói pontes, se faz estradas, se ilumina, se não ilumina, quer dizer, aquela comunidade que está naquele distrito, não tem o direito cívico e democrático de resolver a sua própria vida! Então, negar a uma comunidade pobre o direito a esta liberdade básica de se erigir um município é um pensamento autoritário!

O Brasil devia, por seu tamanho, ter dez, quinze ou vinte mil municípios, e nos Estados Unidos existem oitenta e oito mil municípios. A Alemanha é menor que Minas Gerais, e tem quarenta mil municípios. A Europa tem só quatro mil municípios, portanto, estamos negando este direito básico, democrático a cidadãos ou concidadãos nossos, só porque são pobres.

Eu sei que não respondi a sua pergunta, Senhor Presidente, mas eu quero só dizer isto: - um equacionamento em termos de Constituinte é nacional, e nós temos que pensar mais no pobre do que em quem está bem, não é exato? Agora, o fato do prefeito ter de mudar de partido depende das deformações.

A maioria dos presentes, tenho certeza, conhece o interior e sabe a grande realidade que o Professor René Dotti, que vai assumir o cargo de Secretário de Estado, precisa ter a sua memória avivada para esta realidade, município só tem posto de correio se der o terreno para a União fazê-lo, senão não tem correio. O Município gasta o seu dinheiro, com os seus funcionários para prestar serviço à União, no negócio de recrutamento militar. O Município tem que dar o terreno senão o Estado não faz escolas; tem que pagar a gasolina do carro da polícia, senão não tem polícia. Então, a realidade brasileira é a seguinte: o Município pobre sustenta os serviços do Estado e da União que são mais ricos, especialmente da União que é multi-

milionária, tão multimilionária que esbanja dinheiro por aí afora. Então o que é preciso? É preciso fazer uma Constituição que atente a nossa realidade. O Município já faz estradas, já mantém escolas, posto de saúde, serviços públicos, inclusive federais; o Município que tenha então dinheiro para esta finalidade!

E o Estado, por sua vez, também é obrigado a dar tudo para a União, sob pena de não receber nada desta ou não receber o que eles chamam de contrapartida. Então, na verdade, os Estados que são pobres, no Brasil, sustentam e mantêm uma União multimilionária, tão multimilionária que se dá ao luxo de jogar dinheiro pela janela, como todo mundo sabe!

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Isso é importante, Professor Ataliba, e eu gostaria de fazer um alerta e é um ... (inaudível) ... também já foi feito ou alguém já fez para as outras bancadas de outros Estados, em função da importância de se lutar pela Constituinte Estadual, para que o Estado tenha a sua representatividade.

O SR. GERALDO ATALIBA - Todo ano, já há uns quinze anos, percorro o Brasil inteiro e por coincidência, no segundo semestre do ano passado, aliás no ano passado inteirinho, estive em todos os Estados, e acho que estive nas dezoito Assembléias Legislativas, e enfim, em todos os Estados e sempre em lugar onde havia política econtrava um Deputado Estadual que dizia, olha precisa fazer isso. Mas, sei lá o que aconteceu, é um problema, eu não sei explicar, as atenções se desviaram e ninguém tomou providência, só o Paraná fez isso, só a Assembléia Legislativa do Paraná. Mas alerta foi feito, inclusive em São Paulo que é a minha terra.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu gostaria de fazer uma intervenção à propósito da pergunta, que sei lá porque cargas d'água coube ao Paraná, mas há uma feliz coincidência aqui que o Paraná poderá discriminar a iniciativa. A coincidência feliz é de que nós temos aqui o Deputado Luiz Alberto Oliveira que é o Presidente da UPI, da União Parlamentar Interestadual que congrega os 945 Deputados Estaduais. Então, acho que o nobre Deputado poderá ativar a União Parlamentar Interestadual para levar esta experiência do Paraná e colaborar com as outras Assembléias no que for possível, na iniciativa que aqui foi tomada. Eu acredito que a próxima Mesa da As-

semblêia dará à UPI os meios necessários para que isso seja possível.

O SR. GERALDO ATALIBA - Mas, só tem um problema: é que os próprios Deputados que foram eleitos não podem se atribuir poder constituinte. Isso não tem mais remédio. Vão ser dissolvidas as Assembléias Legislativas para se convocar eleição de Constituinte Estadual, o correto é isso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência não vê um remédio legal.

O SR. GERALDO ATALIBA - Não tem, porque é um problema de mandato. Quer dizer, eu como advogado recebo uma procuração para fazer tal coisa, e recebo poderes do meu representado para fazer alguma coisa. Então, dentro daqueles poderes eu vou agir, vou trabalhar, eu posso fazer muita coisa, menos mexer na procuração que recebi; eu não posso alterar a procuração que eu tenho, o que seria um absurdo, senão o sujeito que tem uma casa, ou tem um negócio, ou como é o meu caso, eu advogo para Municípios e para Estados, me dá o poder de eu fazer tal coisa, se eu puder mexer no meu mandato, aumentar o meu mandato, eu me torno superior ao meu cliente, ao meu delegante, ao meu representado. Então, em direito, o mandatário pode fazer tudo, menos mexer no seu mandato. Como é que o Deputado que foi eleito para ser legislador ordinário vai tomar aquele mandato para ser legislador ordinário e transformá-lo em legislador constituinte, não pode, quer dizer, não tem mais remédio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Se Vossa Excelência me permite o diálogo.

Soube que Vossa Excelência teve oportunidade de ingressar em encontros estaduais. Quantas vezes e aonde?

O SR. GERALDO ATALIBA - Só uma vez quando foi criado. Na Bahia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência acompanhou uma proposta em que a UPI queria fazer as Assembléias Legislativas Estaduais no sentido de estabelecerem poderes constituintes estaduais?

O SR. GERALDO ATALIBA - Não acompanhei.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Fala sem microfone)

Há um trabalho de eminentes juristas brasileiros que a UPI queria oferecer (subsídios) aos Parlamentos Estaduais. Exatamente o que Vossa Excelência levantou. Algumas Assembléias vieram fazer essa solicitação tributária, através dos próprios Parlamentares. Aqui no Paraná nós

estamos sujeitos... (som inaudível)

Na verdade estamos sujeitos a atos constitucionais dos Parlamentares. Em outros Estados, quer me parecer, os próprios Legislativos Estaduais, através de suas Lideranças atribuem aos Parlamentos Estaduais a possibilidade ... (som inaudível)

O SR. GERALDO ATALIBA - Deputado, Vossa Excelência vai concordar comigo, acredito.

O Deputado é o mandatário, ele recebe tudo o que seja do seu mandato.

Mandato quer dizer poder de representação, pois que, ele não pode aumentar o seu poder de representação. Se ele recebe o poder de representação ordinária, quer dizer, faz leis ordinárias para exercer as atribuições que estão na Constituição atual do Estado. Certo? Como é que ele vai mexer na Constituição, pior ainda, fazer uma Constituição nova, se o povo não lhe deu essa delegação, se o representado que é o povo, não deu para o representante este poder. Quer dizer, ele mesmo não pode fazer isto, o representante, por quê? Porque ninguém amplia o seu mandato, isto é, uma coisa assim básica, elementar.

Então, como os Deputados Estaduais que foram eleitos agora em 15 de novembro, vão se poder atribuir função constituinte? Seria a mesma coisa, veja: ninguém aceita isto, que o Senhor dá uma procuração para eu alugar a sua casa, e eu vou e uso esta procuração para vender a sua casa. O Senhor vai dizer: mas ele está louco; eu que sou dono da casa não dei poderes a este sujeito para vender, o poder que eu dei foi para alugar. Então, esta é a diferença entre o poder constituinte e o poder legislativo ordinário.

Os Deputados que foram eleitos em 15 de novembro, receberam o poder legislativo ordinário. Eles mesmos não vão poder transformar em poder constituinte. Só o dono do poder, que é o povo, pode dizer, não, agora eu dou o poder constituinte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (inaudível).

O SR. GERALDO ATALIBA - Isso é o de menos; a iniciativa, realmente é o de menos, porque o que vale é a decisão do Plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (inaudível)
Eu farei chegar um texto às suas mãos.

O SR. GERALDO ATALIBA - O Senhor está dizendo mesmo o quê?
Que em 1900... promoveram o quê?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (inaudível)

O SR. GERALDO ATALIBA - Eu não sabia, es-

tou sendo informado por Vossa Excelência, agradeço.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (inaudível)

O SR. GERALDO ATALIBA - Eu não sabia disto, mas, em todo caso, as modificações que foram feitas nas Constituições Estaduais em 1970, para adaptar às condições estaduais, a chamada Emenda n. 1/69, a chamada Emenda n.1, é um ato ditatorial da Junta Militar mexendo no texto da Constituição Federal.

Essas adaptações todas, ou na maioria das vezes, foram inconstitucionais, injurídicas. Por que?

Porque as Assembléias Legislativas mexeram em textos, em matérias, que eram de constituintes, e não emenda, ou seja, o poder constituinte pleno, e não limitado.

Não foi feito um abuso no nível da União, e depois cometeu-se o mesmo abuso no nível do Estado. Uma grande vergonha, devo ter eu aqui, por ser paulista, porque no Estado de São Paulo a vergonha foi maior, foi o máximo; a Assembléia Legislativa de São Paulo estava em recesso decretado por ato complementar, em 1960, e o Governador biônico de São Paulo, de então, por meio de decreto modificou a sua Constituição.

Quer dizer, eu desconheço na História do Brasil uma vergonha tão grande e, ainda estamos vivendo com este Decreto, o chamado Constituição, o que é realmente doloroso, para um País culto e civilizado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Eu solicitaria a gentileza do Deputado Luiz Alberto Oliveira, para que usasse o microfone da tribuna, porque nós estamos gravando o Seminário, e já recebemos aí a advertência de que as taquígrafas estão com alguma dificuldade de captar a intervenção do Plenário; assim de que, todos os que agora queiram participar, intervir, usem os dois microfones postados na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na lúcida apreciação que Vossa Excelência faz sobre os Legislativos, sobre a fascinante tarefa que teremos, os Parlamentares Estaduais. Vossa Excelência propõe não só que os Legislativos sejam amoldados à Constituição Federal mas, sobretudo, desafia a capacidade de inteligência dos eminentes Pares desta Casa quando pede que haja o "poder criativo" dos Parlamentos Estaduais sobre as Constituições.

Pois bem. E ao mesmo tempo que Vossa Excelência formula o instigante desafio à capacidade dos Parlamentares, Vossa Excelência nos convida à reflexão de que façamos na Constituição do País uma linha mestra para o atendimento a todos os municí-

pios na diversidade cultural, econômica, social, política brasileira. Pois bem, eu devolvo o desafio a Vossa Excelência e solicito do eminente Professor uma sugestão no sentido de conciliar a tentativa da criação de Constituições Estaduais com modelos próprios ao mesmo tempo em que seja estabelecido, digamos, uma regra geral para as comunas brasileiras.

O SR. GERALDO ATALIBA - Ilustre Deputado, eu vou ser bem rápido. Eu sugeriria, por exemplo - lembraria, não quero sugerir nada, lembraria: o Estado de São Paulo já teve Senado Estadual. E a experiência do Senado Estadual de São Paulo foi extremamente interessante. Eu não quero dizer que todos os Estados devam ter Senado. Eu quero dizer que quem por acaso tiver tradição poderia estabelecer. O Rio Grande do Sul sempre teve uma corrente parlamentarista vigorosa, aliás, um Estado politicamente muito vigoroso. Pois então, que adote o seu Parlamentarismo.

Há instituições de governos diretos, democráticos que poderiam ser adotadas e que as Constituições Estaduais deveriam adotar, por exemplo, a revogação de um mandato. O povo, portanto, os votos podem revogar o mandato de qualquer Deputado ou Governador. A iniciativa popular dos projetos de leis, se houver tantas assinaturas, as Assembléias Legislativas são obrigadas a apreciar.

O processo administrativo hoje é uma coisa que os Senhores sabem a realidade brasileira. Se eu não for amigo de alguém numa repartição pública, Secretaria de Saúde, de Obras ou qualquer outra, eu não tenho nem com quem falar, não vou ser atendido; eu entro com um papel lá e ninguém liga para o meu papel. Ou eu tenho dinheiro para pagar um advogado ou um despachante ou tenho amigos. Ora, nós precisamos ter um processo administrativo que qualquer um, até o mais pobre, o mais destituído dos cidadãos entre com o papel e tenha garantias de que o papel ande, seja seriamente considerado e tenha uma resposta imparcial, impessoal, de acordo com a lei. Ora, isto aqui poderia entrar nas Constituições Estaduais.

O processo de fiscalização popular da atividade administrativa, sobretudo do emprego do dinheiro público, processos eficientes, pois nós sabemos que o nosso Poder Judiciário - é só ler estatísticas - não atende o povo; o nosso Poder Judiciário só tem aparência e pouca realidade. O povo não acredita na Justiça e nem vai atrás da Justiça porque custa caro, é deficiente porque não tem gente, não tem aparelhagem. Então, é preciso ampliar o Juizado de Pequenas Causas e criar outras formas não só de uma Justiça que atendesse

o povo de verdade, mas de uma Justiça que fosse capaz de ser séria e barata, quem sabe até gratuita, esse que é o democrático neste País. Isto é que precisa poder ser visto na Constituição Estadual.

Há Estados que querem ter uma Suprema Corte, uma Corte Constitucional, um tribunal pequeno, de cinco, oito ou dez membros só para apreciar matérias constitucionais porque os tribunais de Justiça do Brasil, lamentavelmente - não é por falar da ausência porque não estão aqui os seus representantes - não querem falar em Constituição, eles querem discutir casinhos de desquite, despejo, briga de vizinho, e na hora que vêm grandes questões constitucionais, todos eles fogem. O nosso Poder Judiciário é omissivo, infelizmente a começar pelo Supremo Tribunal Federal. Então, as grandes questões constitucionais não são discutidas, foge-se delas a pretexto de que há excesso de serviço; todo mundo ouve essa desculpa dos nossos juizes - excesso de serviço. É o pretexto para baixar a cabeça do Executivo e não defender o Judiciário, não defender o Legislativo e não defender as prerrogativas populares e os direitos dos cidadãos. Então, isso devia ser remediado nas Constituições Estaduais.

Há um mundo maravilhoso de instituições, ou que podem brotar das nossas tradições, das nossas aspirações, da nossa mentalidade, ou que podem ser, de alguma maneira, inspiradas, como exemplo de outros povos e que nós devíamos ter a liberdade de adotar. Por exemplo, nomeação de funcionário do Executivo, dirigentes de autarquia tinha que ser aprovado pela Assembleia Legislativa, evidentemente, pois, ele vai lidar com dinheiro e com atribuições que são do povo e os representantes do povo estão aqui. A nomeação de desembargador tinha que depender da Assembleia Legislativa; não pode ser algo "arrumado" entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, tinha que ter a participação popular. A nomeação de juizes do Tribunal de Contas, que aliás devia ter as suas atribuições ampliadas, devia passar, rigorosamente, não só passar por uma aprovação formal da Assembleia, necessariamente por discussão naquilo que nos limita a uma audiência pública. Então, a Assembleia Legislativa é obrigada a se reunir, sentar o candidato, porque ele é um mero candidato aqui e responder as perguntas dos Parlamentares sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro; o seu currículo, a sua história e a da sua família. Isto teria uma grande virtude. Quando um Governador tivesse a idéia de chamar um amigo querido para ser desembargador, ou juiz do Tribunal de Contas, ou para exercer o cargo de Procurador do Estado, ou Procurador Geral da Justiça ou outras funções, ele

diria: "Fulano, eu vou te nomear." E o fulano ele é que sabe o passado dele responderia: "Pelo amor de Deus, nem me convide"

E nem é preciso que todo Deputado saiba da vida de todo mundo, não, basta sair no jornal: "Na semana que vem, a tal hora, vai haver audiência pública para ouvir fulano de tal que é candidato a tal cargo", que os interessados já fazem chegar às mãos dos seus representantes, aqui na Assembleia, as informações e as perguntas a serem feitas. De tal maneira que, com isso, se protege o interesse público, se protege o interesse do povo, se promove a coisa pública.

Quando, no Estado de Minas Gerais, se prescreveu na Constituição, que toda nomeação do Executivo para cargos desse teor de responsabilidade dependeria de aprovação da Assembleia, foi levada uma representação de inconstitucionalidade para o Supremo e este disse que isso tudo era inconstitucional. De maneira que essa falta de liberdade da Constituinte Estadual é que precisa acabar. Se não o Brasil nunca vai ser um País realmente civilizado, realmente democrático. Essa é a idéia que se pensa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu queria perguntar ao eminente Professor e Jurista Dr. René Dotti, porque motivou-se em nossos espíritos pela sementeira das idéias de um e de outro professor, a idéia de que é muito importante que o Estado se faça independente aos olhos do País. Parece que um e outro são defensores da idéia de Rui Barbosa ainda em tempos do Império, de que o Brasil fazia a Federação ou acabava o Império. Como o Brasil não fez a Federação, fez-se a República, e nós já estamos na 7.^a ou na 8.^a República; a minha geração nem de todas tem memória, mas esta nova nós já vimos envelhecer.

Então, queria perguntar ao Professor René Dotti como, em se pronunciando a Assembleia Nacional Constituinte, vamos que não haja tanta esperança no ambiente da Constituinte Nacional, porque há uma unanimidade muito grande porque não é pluralista nem variado como o País, o rosto da Assembleia eleita, se não moldado muitas vezes pelo interesse econômico, e aí Sata-nás é unânime, gostaria de perguntar ao Professor René Dotti, como poderia a Assembleia Constituinte do Paraná, que hoje se instala, propor a idéia de independência do Paraná se o Poder Maior da República, ou a Assembleia Federal, não agir neste sentido, não se encaminhar neste senti-

do. No caso, um e outro se fazem missionários de quase uma desobediência civil (dos nossos Deputados) de nós, Deputados Estaduais, diante dos nossos Deputados Federais. Era isto.

O SR. RENÉ DOTTI - Agradeço muito a generosidade da referência e da intervenção, prometendo não exumar para referir que a desobediência civil é debitada a esta ou àquela categoria de pessoas. Na verdade, a perspectiva atual da Constituinte a nível federal e por extensão das Constituintes Estaduais é, indubitavelmente, pessimista. A forma de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a sua condição de não ser exclusiva e vários outros fatores estariam a criar um tipo de conspiração de circunstâncias negativas, de maneira a partir do princípio da falta de legitimação, não criar um cenário de expectativa favorável quanto à Assembleia Nacional Constituinte para o modelo federal e as Assembleias Estaduais para as Cartas dos Estados.

Mas, a minha esperança e o meu entusiasmo têm antecedentes muito próximos. Há poucos anos atrás não se podia imaginar que os meios de comunicação e, particularmente, aqueles muito ligados ao regime autoritário anterior, estimulassem a campanha para as diretas já e que nós tivéssemos, no nosso País, uma conjugação de forças que permitisse eleger Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, de uma forma espúria de se eleger um presidente da República.

Portanto, aquela desobediência civil responsável pela marcha das diretas já, pela eleição de Tancredo Neves, poderá evidentemente, se repetir agora com os meios de comunicação, a mobilização da sociedade. Enfim, uma modificação, digamos, neste estado de pessimismo. Por isto, digo que o entusiasmo, neste momento, representa um armistício entre a crise econômica e pessimismo dela decorrente.

É evidente que nós poderíamos, com fórmulas legislativas adequadas e partindo de um modelo federal que não fosse asfixiante da liberdade do Estado, estabelecer na Constituição Federal todos aqueles princípios e aquelas regras que dessem aos Estados, na sua orientação política, na sua orientação econômica, fórmulas peculiares a estes Estados. E esta, portanto, - segundo deparei, a invocação até mesmo cívica do Professor Geraldo Ataliba, no sentido de que haja um processo de resistência e que nem a Constituição Federal seja uma cópia, um modelo, uma técnica ortodoxa de outras Constituições. Uma das críticas ao esboço de Afonso Arinos decorreu da sua engenharia, da sua apresentação, da sua técnica legislativa que é uma

técnica já adotada pelos modelos constitucionais no Ocidente. Então, que tivéssemos não só a liberdade da técnica legislativa, mas que também tivéssemos a liberdade para criar dentro daquilo que a União, o modelo Federal nos permitisse, as identidades políticas, culturais, sociais e econômicas de cada Estado. Uma quase esperança de Confederação, num certo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o Senhor Sérgio Braga.

O SR. SÉRGIO BRAGA - Obrigado, Professor Geraldo Ataliba, por sua presença aqui. Quem vos fala é um aluno seu, que sempre foi seu fã e leu suas obras. Meu nome é Sérgio Braga e sou Delegado da 4.^a Zonal da Frente Liberal e em função do problema político que está acontecendo hoje, é uma pergunta que é feita em nome da 4.^a Zonal da Frente Liberal de Curitiba. É com respeito ao que está acontecendo a nível de Câmara Federal, e quiçá pode ser até a nível de Assembleias Legislativas. O assunto é curto e eu gostaria do seu esclarecimento: é sobre a periodicidade dos mandatos. Veda a Constituição tanto a Estadual como a Federal, a reeleição dos membros da Comissão Executiva. Ameaça, segundo vimos ontem ainda na televisão, o Deputado Fernando Lira, numa medida judicial, quer seja por mandado de segurança ou por uma ação declaratória, contra a eleição, ou melhor, a reeleição à candidatura do Deputado Ulisses Guimarães e aí o meu pedido de esclarecimento em nome da 4.^a Zonal, sobre qual é a sua opinião jurídica, pois temos posse de um parecer exatamente a respeito do assunto, com referência à reeleição da Mesa do Legislativo.

Esse é o enunciado do parecer.

Diz ainda o senhor, que será de dois anos o mandato para o membro da Mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição.

Gostaria então, Professor Geraldo Ataliba, do seu esclarecimento.

O SR. GERALDO ATALIBA - Esse problema, para mim, da maneira como eu vejo as coisas, não existe. A Emenda Constitucional que convocou a Constituinte, disse claramente: "O Congresso que se vai reunir em 1987, terá poderes constituintes" e na disposição subsequente fala "A Assembleia Nacional Constituinte ...". Então eu vejo que o órgão principal é a Assembleia Nacional Constituinte. Essa é que vai se reunir pela primeira vez, será instalada e inaugurada no dia 1.^o de fevereiro. E a Assembleia Nacional Constituinte terá poderes legislativos, mas é a Assembleia Nacional Constituinte o único órgão Legisla-

tivo que vai existir no plano da União.

Vai exercer a função constituinte como diz aqui, a Emenda que acaba de ser promulgada pelo Paraná, sem prejuízo de suas funções ordinárias. Então, eu só vejo uma Mesa que vai ser eleita, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Não vejo nem necessidade - porque em Direito, especialmente em Instituições Políticas, é a necessidade que nasce das regras jurídicas do sistema jurídico que faz as instituições. Não há nenhuma necessidade de ter Mesa nem da Câmara nem do Senado, não há absolutamente necessidade disso. É a Assembléia Constituinte como um todo que vai exercer a atribuição legislativa, de maneira que esta Assembléia Constituinte que vai exercer a função legislativa ordinária. Ela, Mesa, é que vai presidir. Em todo o caso, parece que vai se apresentar um projeto de uma Emenda Constitucional a ser aprovada pelo Congresso Constituinte, já criando uma comissão representativa, à semelhança do que o Rio Grande do Sul já teve e que depois, quando quis ter recentemente de novo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo.

Esta Emenda Constitucional é que vai resolver o problema da função legislativa ordinária. O Plenário da Constituinte vai delegar uma comissão de, quem sabe, uma centena de membros, à atribuição legislativa ordinária.

Veja, então. Para mim, para quem vê como eu vejo, não estou sozinho, essa idéia não é original. Foi um grande constitucionalista, ex-Senador, Professor catedrático de Direito Constitucional da Bahia, discípulo de João Mangabeira e Rui Barbosa, chamado Josafá Marinho, - foi ele que demonstrou e eu vejo feliz que o Professor de Direito Constitucional, José Carlos Garcia aqui presente, também Juiz Federal, concorda com isto. Foi o Professor Josafá Marinho que demonstrou que só há necessidade, que só haverá uma Mesa: é a Mesa da Constituinte, que vai absorver todas as funções.

Então, não se coloca o problema para quem vê como eu, o problema que foi levantado, embora eu veja com olhos respeitosos, qualquer problema que mostre uma preocupação institucional.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi) - Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu quero fazer uma pergunta aos dois conferencistas, ilustre Professor René Dotti, meu professor e ao Professor Geraldo Ataliba.

Nós temos a experiência de que as constituições que passaram pelo Brasil, consagraram vários direitos e eu citaria

um, por ser bastante irônico, aquela que fala que os trabalhadores terão direito a áreas de lazer e faço essa introdução para formular a seguinte pergunta.

Qual a opinião dos conferencistas, em relação à omissão da aplicação do preceito constitucional, se há mecanismos que se possam introduzir na própria Constituição e que tais normas, decorrido um certo prazo, possam ser auto-aplicáveis.

Se fala no delito da omissão e de que maneira então, nós poderíamos consagrar isto constitucionalmente para que não ocorram esses exemplos históricos que nós tivemos com as nossas Constituições?

O SR. RENÉ DOTTI - Eu quero cumprimentar ao Deputado.

O movimento pendular da declaração e da negação dos direitos é mais antigo, do que a mais velha noite dos tempos. A carta do João Sem Terra, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão continham disposições frontais de garantias que eram sistematicamente negadas justificando-se, portanto, aquele fenômeno que é num certo sentido, contraditório; é da simultaneidade das declarações de direitos que ainda continuam a ser discutidas e editadas e a negação dos direitos, então é evidente que o problema não se coloca mais sob a perspectiva formal da declaração de direitos; se nós olharmos o problema sob este perfil, nós veremos que em determinados regimes totalitários tanto a esquerda como a direita, as declarações de direitos constituem uma página retórica, mas não há condições eficientes por razões políticas ou de outra ordem da aplicação daqueles princípios programáticos. Daí porque, as nossas Constituições contêm princípios programáticos ineficazes por falta da legislação infra-constitucional ou da vontade política do governante ou da mobilização política da sociedade para que elas fossem auto-eficientes ou porque elas fossem executadas; daí da preocupação do esboço de Afonso Arinos, no sentido de que as exposições fossem auto-exequíveis, a maioria delas e isto se reflete nas Constituições modernas de Portugal de 1976 e da Espanha de 1978, quando dizem que as declarações de direitos e de garantias individuais serão declarações eficazes auto-executáveis e que na interpretação delas, dever-se-á observar a declaração dos direitos do homem, declaração universal dos direitos humanos.

Então, sem deixar de constatar o fenômeno da negação dos direitos, não me parece que nós, parlamentares, juristas, sociólogos, devamos renunciar a luta pela afirmação dos direitos, porque isto nos conduziria a um estado e à uma condição de anomalia e esta indiscutivelmente não seria a melhor posição do parlamentar, do

político, do cidadão, do advogado, do professor, etc.

O SR. GERALDO ATALIBA - Ilustre Deputado, Vossa Excelência tocou na questão mais importante de todas. Não adianta fazer uma linda Constituição, se amanhã ninguém cumprir.

Não adianta haver institutos imaginosos, etc., se depois não for obedecido.

Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, que o Senhor certamente conhece de nome, escreveu um artigo aparentemente irônico, mas triste, que foi publicado na Revista da Ordem dos Advogados. Ele diz: "Se um cidadão viesse de Marte ou de um outro planeta, sem conhecer a Terra, aliás não viesse, mas dissessem: escolha aonde você quer viver e mostrasse as Constituições, ele diria: eu quero viver neste País chamado Brasil, porque eu li a Constituição do Brasil, é neste que eu quero viver.

Porque a Constituição dos Estados Unidos é muito deficiente, a Constituição da Suécia é uma "droga", a Constituição da Noruega, França, Alemanha, esses Países devem ser atrasadíssimos. País bom é o Brasil!"

Veja bem! Então, Celso Antônio de Mello Bandeira mostra o que tem na Constituição Brasileira de direitos para o operário. Então, ele diz: "Esse operário aqui é um rei! Ele tem salário-família, tem direito ao repouso remunerado, tem colônia de férias, tem área de lazer, tem aposentadoria com não sei quantos anos, tem assistência médica, assistência educacional! É para esse País que eu quero ir!"

No entanto, não dá para comparar o Brasil com a Suécia, a Noruega, a França, os Estados Unidos, ou a Alemanha, porque o nosso texto Constitucional diz uma coisa e a nossa realidade é outra.

Falta, como diz o Professor René Ariel Dotti, falta vontade política. Mas, falta, sobretudo, uma coisa chamada cultura.

Qualquer menino brasileiro, de dez anos de idade, sabe como foi descoberto os Estados Unidos, - não a América - os Estados Unidos; sabe como é que o Oeste foi conquistado; sabe como é a Casa Branca, porque sempre tem uma fita de cinema que mostra como é a Casa Branca, a sede do Executivo; conhece o Capitólio, a sede do Parlamento, conhece o julgamento nos Estados Unidos, como é que o juiz age, como é que os Tribunais funcionam; sabe como é a vida numa fábrica, num escritório, num armazém, no comércio; sabe como é o trânsito, conhece a história dos Estados Unidos, a Revolução, a Guerra da Recessão, a perseguição dos índios, quer dizer, qualquer menino americano conhece os Estados Unidos, culturalmente, até num grau admirável, não é só qualquer menino brasileiro,

qualquer menino do mundo, porque vê televisão, porque vai ao cinema, porque lê histórias em quadrinhos, e porque lê jornal - e a metade do conteúdo dos jornais é traduzido etc.

E do Brasil, o que é que nós sabemos? O que é que esse menino sabe? Se souber quem foi Pedro Álvares Cabral, já é um colosso. Não sabe nada da nossa história, das nossas vicissitudes, da nossa luta, das nossas tradições, dos nossos problemas, das nossas conquistas, das nossas glórias!

O que este menino conhece ou é obrigado a conhecer "rock in roll" e outras coisas; não sabe o que é uma música nordestina, o que é um forró, o que é a música do interior de Minas Gerais, o que é a música gaúcha, o que é a música do sertanejo, não sabe nada da música brasileira; nem a poesia, nem a literatura, nem alguma forma de expressão. Porque a nossa televisão, positivamente, meus senhores, - eu acho que isso só pode ser proposital, não é por acaso - a nossa televisão tem Chacrinha, Sílvio Santos e aqueles outros idiotas que ficam boçalizando o nosso povo, vinte e quatro horas por dia, para manter um débil, imbecilizado, incapaz de criticar, de comentar, de contribuir, de exigir, de fiscalizar, para não exercer nenhuma atribuição cívica, e, assim, ser melhor explorado, por meia dúzia de interessados nacionais, mancomunados com interessados internacionais no nosso subdesenvolvimento.

O nosso subdesenvolvimento é cultural, não é outra coisa!

Então, enquanto a nossa cultura for esta, ilustre Deputado, - e por isto a nossa maior luta é pela cultura - tem que ser pela cultura - evidente que não adianta a Constituição dizer essas coisas, porque depois ninguém vai exigir, ninguém vai cobrar, ninguém vai pressionar, ninguém vai fiscalizar, mas, se for, vai ser objeto de ridículo, de chacota, vai ser objeto de um Poder Judiciário omissivo, acomodado, que finge que não vê, que está com excesso de serviço, que está desaparelhado, e que não quer estudar Direito Público, para não incomodar os poderosos, e, por isto, fica estudando briga de vizinho e desquite, porque isso não incomoda a ninguém, incomoda só os envolvidos, não incomoda o Poder; este Poder Judiciário não quer incomodar os poderosos econômicos e políticos, os Senhores sabem disso!

Então é preciso consertar o Judiciário, mas é preciso que o povo exija do Judiciário. O Poder Legislativo - estou falando numa Casa do Poder Legislativo, respeito imensamente, mas, o Poder Legislativo tem as suas deficiências!

Como recobrar a pureza do idealismo do Legislativo? Só com duas coisas: prestígio

e prerrogativas e atribuições. Porque um Poder que não tem prerrogativas e atribuições cai mesmo na modorra em que está o Poder Legislativo brasileiro! Ele tem que ser restaurado, resgatado, porque assim ele terá o poder, e com o poder, terá o prestígio, e com o prestígio, terá condições de exercício dessas faculdades nobilíssimas da representação popular.

Enfim, se nós não resolvermos o problema cultural, não adianta fazer a Constituição mais bonita do mundo, mais perfeita, com as melhores instituições. A atual Constituição brasileira Federal, que é profundamente autoritária e elitista, que é profundamente centralizadora na União, de todas as competências e dentro da União o Poder Executivo, porque este Poder pode tudo e ninguém pode mais nada; essa Constituição assim mesmo, se fosse praticada, se fosse cumprida, este País seria muito melhor do que é. A ponto de permitir que um marciano escolhesse viver no Brasil.

E no entanto, a nossa realidade é tão trágica e tão triste. Então penso, ilustre Deputado, que é preciso estudar e creia, há um grupo e o Professor René Ariel Dotti é testemunha disso, é participante disto, já um grupo grande de pessoas preocupadas com isso: eficácia da Constituição, este é o grande problema.

O Professor René Dotti lembrou das Constituições portuguesas e espanhola. São experiências recentes de povos que viveram ditaduras prolongadas também, e que então trataram de dar medidas adequadas. Mas, não basta isso. É preciso que haja um desenvolvimento cultural; que o Brasil se conheça, se identifique, que um brasileiro reconheça no outro, o irmão. Que o paranaense saiba que o homem do interior do Amazonas, do interior do Ceará é tão brasileiro quanto ele e tão irmão dele; tão dono do País quanto ele. E que nós temos comunidades de interesses e que nós unidos somos uma força insuperável.

A cultura traz o conhecimento; o conhecimento traz a estima recíproca de nós, homens, cidadãos. E traz a estima das instituições que nos engrandecem. Por isso, é que se combate a cultura.

Houve alguns Ministros da Educação, autoritários que desempenharam com muita eficiência o plano de destruir o ensino no Brasil, porque destruindo o ensino se acabava com a cultura e se desnacionalizava a consciência, a alma de cada cidadão. E com isso, se eliminava a cidadania. E agora a recuperação disso é uma tremenda tarefa, é outro desafio que os constituintes federais vão ter que resolver agora. Em todo o caso, sem dúvida alguma, Vossa Excelência tocou no problema mais grave, que nenhum outro terá solução enquanto o problema da

eficácia da Constituição não fôr resolvido. E ele depende de cobrança. Quando o povo cobra, a Constituição acaba funcionando, a lei acaba funcionando. Só me permito, e peço licença para dar um exemplo: há um decreto-lei e sou absolutamente contra decreto-lei, mas enfim há um que diz: se a inflação passar de tantos por cento haverá um reajuste de salários. A isto, chamaram de gatilho salarial.

Vejam os Senhores: este preceito é tão importante, é uma decisão política. E vejam, não é nem decisão política de quem fez o decreto-lei, porque hoje está provado que quem o fez, mais uma vez não sabia o que estava fazendo.

Mas, os sindicatos e os operários resolveram: não vão revogar o gatilho. Está proibido revogar o gatilho, porque senão o País pára. Então, há uma decisão política insuperável. Tudo o que se tenta, tudo o que se conversa, todo o esforço é para ver o que se faz para contornar o gatilho e para não se aplicar.

E, ao se respeitar essa decisão política, porque isto é uma claríssima e poderosa decisão política, é uma decisão política eficaz a decisão do sindicato de manter outro gatilho. É tão eficaz que é capaz de não haver inflação porque os empresários vão dizer: Bom, então não posso aumentar o preço, e o Governo diz: Então, não posso continuar; o Governo Federal, a debandar em tudo o que é despesa, com usina nuclear, com um Brasil grande potência, com submarino, com navio, com helicóptero, com tudo isso que não alimenta o povo e não faz povo culto. Tudo isso vai ter que parar por causa do gatilho.

Então, vejam como a decisão política é importante e só toda decisão política é que é capaz de assumir a eficácia da decisão tomada. No caso, eficácia de decisão tomada pelos sindicatos. É um caminho, é um passo no sentido da democracia. Se a Constituinte não tomar ciência e consciência disto, deste fenômeno, por exemplo, nós corremos riscos até institucionais muito graves.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Tendo em vista que o Professor Geraldo Ataliba precisa viajar, nós vamos permitir apenas mais duas perguntas e encerraremos então esta parte do debate.

Com a palavra o Professor Velocino Fernandes.

O SR. VELOCINO FERNANDES - A minha pergunta, eu faria ao Professor René Dotti. Eu assisti não toda, mas boa parte da sua explanação, e senti principalmente no arremate que o Senhor expressou o seu entusiasmo com esta nova fase da vida nacional

e esta perspectiva que temos diante de nós, diante do fato de uma Constituinte que vai elaborar uma nova Carta Magna para o País. Preocupa-me, Professor e até me angustia, quando analiso o seguinte: tenho a impressão que, por exemplo, em 1934, não foi feito para implantar a ditadura militar no País, e sim para garantir um modelo de democracia que garantia os privilégios dos sempre privilegiados, e difícil que a maioria da Nação, a maioria dos brasileiros realmente assuma a sua cidadania, através da efetiva participação das decisões políticas e econômicas e da participação dos bens deste País.

Tenho a impressão que as coisas caminharam, que tudo que se fez, durante estes vinte anos, não foi para manter uma ditadura militar, foi para preparar o País, para continuar naquele modelo de democracia da UDN, da qual era Castelo Branco, e que os militares tiraram o time, no momento em que viram que já havia clima para a continuação deste tipo de democracia.

E a minha pergunta é a seguinte: neste atual quadro, quando os Constituintes eleitos em grande número foram para lá a peso de ouro, mandados pelos grupos econômicos, haverá esperança de que a Nova Constituição deixe aberturas para que realmente o povo brasileiro passe a assumir o Brasil? Ou será que não vamos ter aquele modelo de democracia defendido em 1964, dos privilégios de 1964, dos daqui de dentro ou dos lá de fora? É a minha pergunta.

O PROFESSOR RENÉ DOTTI - Eu concordo, Professor, com várias das suas premissas e as conclusões que as envolvem. Não posso, evidentemente, dar-lhe uma resposta, porque isso dependeria da possibilidade que eu tivesse de prever acontecimento futuro, mas gostaria de lembrar o núcleo do romance de Alberto Moravia, uma das obras que eu considere extraordinárias, de 1934. Todo o romance passa-se em torno de uma inquietação, de uma angústia do personagem principal; sobre se ele poderia alcançar o que ele buscava, que era estabilizar o desespero para não ir ao suicídio. Então, as personagens, as situações e circunstâncias, neste livro, gravitam em torno desta inquietação, se é possível estabilizar o desespero, ou, para nós, se é possível estabilizar um certo tipo de crise, decorrentes de fatores outros, como a inflação, que não nos levem às formas larvadas de suicídio.

É evidente que, a forma de convocação da Constituinte já a analisamos; a aparente legitimidade que a envolve, as dúvidas sobre a sua legitimidade, tudo são questões postas com muita clareza, não só pe-

los analistas políticos como pelos cidadãos em geral, mas ainda assim, diante, inclusive da possibilidade da mobilização da sociedade civil, dos Parlamentares Estaduais e Municipais, das forças que assomam os homens públicos, como intérpretes da vontade popular, e aqui eu quero me referir aos professores, aos Parlamentares, a todos aqueles que exercem uma parcela de poder, não só na administração do Estado, mas na prestação do serviço público, que encarnem essa reivindicação coletiva de melhor estágio, inclusive de felicidade, uma espécie de utopia mínima, assim como aquela imbutida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, não obstante as revoluções que se seguiram àquela Declaração e que a negaram, mas uma das exposições era de que os governos devem proporcionar entre outras coisas a felicidade ao povo. Então, não obstante, o realismo parece-me que representando essa vontade do povo como professores, como homens públicos, em geral, não podemos deixar de sentir que o desespero pode ser estabilizado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa revoga a decisão anterior, tendo em vista realmente que o Professor Geraldo Ataliba está premido pelo horário.

Agradecemos então, a participação, a presença de todos, inclusive destacando a presença do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, e convidamos todos os participantes para amanhã, no horário das 14:00 horas, termos prosseguimento do nosso Seminário.

Agora, após o encerramento desta sessão, vamos nos dirigir ao 4º andar deste edifício para a inauguração da Sala do Constituinte.

Agradeço penhoradamente a presença do Professor René Dotti, nosso futuro Secretário da Cultura, e principalmente ao Professor Geraldo Ataliba que se deslocou de São Paulo, gentilmente, para aquiescer o nosso pedido e darem ambos um enriquecimento a este Seminário.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

EMENDA N. 25 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo Único - Fica acrescido à Constituição do Estado do Paraná o art.160, com dois parágrafos, no seguinte teor:

"Art.160 - Os Deputados Estaduais eleitos para a legislatura a iniciar-se em 1987, sem prejuízos de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão em Assembleia Constituinte Estadual, imediatamente após a promulgação da Constituição Federal pela Assembleia Nacional Constituinte.

§ 1.º - Iniciados os trabalhos da legislatura, será constituída Comissão Especial de quinze membros, com representação proporcional dos Partidos Políticos, para redigir e encaminhar ao Plenário o Projeto, segundo regimento por ela elaborado.

§ 2.º - A Constituição do Estado do Paraná será promulgada depois de aprovado o seu texto em dois turnos de discussão e

votação, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo".

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, aos 27 de novembro de 1986.

NILSO SGUAREZI
PRESIDENTE

ANIBAL KHURY
1.º SECRETÁRIO

QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º SECRETÁRIO